

“NEM CILA NEM CARIBDIS”: TÓPICOS DE REFLEXÃO SOCIAL SOBRE A LEITURA

*Nuno Ribeiro de Medeiros**

Assumindo-se que “não há uma leitura mas inúmeras espécies de leituras” (Escarpit e Barker, 1973: 113), o sentido em que o vocábulo “leitura” é desenvolvido no presente texto é o do seu exercício enquanto acto a que estão associadas diferentes variáveis do foro social. Mais do que um comportamento expresso pela ideia de hábito ou do que uma acção de descodificação cognitiva de símbolos ou referenciais, o acto de ler é aqui entendido como uma prática – traduzida num conjunto de modalidades de apropriação do discurso impresso em papel ou fixado noutros suportes (Chartier, 1988, 1995, 1997; Furtado, 2000) e tornado público – portadora de usos e formas para indivíduos e grupos. Reconhecendo-se a dimensão discursiva como essencial na fecunda polissemia do conceito, as próximas linhas não se ocuparão, todavia, da leitura enquanto discurso, elemento ordenador da realidade e valor de troca no comércio das ideias nos universos comunicacionais e representacionais.

Ideia que trilhou um caminho de integração na agenda das ciências sociais, a leitura sedimentou uma posição cardinal nos esforços diligenciados nos domínios de pesquisa e reflexão de áreas como a Sócio-Semiótica, os Estudos Culturais, a História Cultural, a Sociologia das Práticas Culturais, a Antropologia da Literatura, a História do Livro ou a Sociologia da Leitura. Ponto de intersecção destes campos, o tema da leitura foi-se construindo como um conceito central nas respectivas propostas de exame e experimentação intelectual tanto como um pretexto legitimador das aspirações de credenciação institucional dessas mesmas propostas. A interrogação das práticas de leitura faz inquestionavelmente parte dos actuais horizontes disciplinares mais amplos da sociologia e da antropologia, da história e dos estudos literá-

* Investigador FCSH/UNL; docente ESTeSL/IPL; investigador Númena.

rios, das ciências da educação e dos estudos dos *media* e da comunicação, que desenvolvem e mobilizam na sua investigação uma plêiade de quadros teóricos, metodologias e técnicas.

Procedendo selectivamente por tópicos, o objectivo deste artigo passa pela tentativa de restituição de um objecto elástico (Hall, 1996) copiosamente visitado e colocado no âmago, tantas vezes retórico, das atenções analíticas e ideológicas da modernidade: a leitura, tal como o pensamento social recente a tem concebido.

Leitura conspícua e ausência de neutralidade

Como pensar, então, a leitura de modo social? Um dos caminhos mais curtos para tentar responder à pergunta é ingressar na senda das formas como as pessoas representam e usam a leitura. Não é recusada aqui a ideia, obviamente confirmável, de que o recesso mudo e discreto de muitas leituras, porque são frequentemente solitárias, se opera excluído em termos imediatos das possibilidades conscientes aos sujeitos de uma utilização que rompa os limites estritamente individuais do seu universo. Esta asserção, na simplicidade e verdade que encerra, não pode suprimir o facto de que o acto solitário de ler possui utilizações sociais e não deve, portanto, ser concebido como um acto neutro. Nas relações que entabula com os outros, aquele que lê usa as leituras que faz. Este uso é socialmente revestido de sentido e de valor. Não se lê só para ler, por fruição pessoal ou necessidade escolar e profissional; lê-se, nas certas palavras de Tiago Santos¹, *para ter lido*.

O sentido existe no plano das sociabilidades e das identidades, pois o que se lê, o que se não lê, como, onde e quando se lê e o próprio facto de se ler podem constituir azimutes fundamentais na localização social dos indivíduos no que concerne aos círculos em que se movem ou procuram mover e à sua pertença a grupos ou rejeição de outros. Este assunto será desenvolvido a propósito das comunidades de leitura. Mas o sentido social subjacente ao uso da leitura remete igualmente para a valorização ou desvalorização atribuída à leitura.

É esta, aliás, a direcção que tomam algumas das visões que conhecem ou conheceram institucionalização nas ciências sociais (Williams, 1961, 1977), cuja epítome se encontra bem ilustrada na perspectiva de Pierre Bourdieu (1979), assente numa metáfora da troca e do valor social efectivamente adscritos aos bens simbólicos num jogo de analogia económica mercantil de posições sociais ocupadas na sociedade. A leitura aqui, nomeada-

¹ A quem deixo o meu reconhecimento pelo que me ensinou nas tardes passadas a discutir, entre outros, este tema. Estendo o agradecimento a todos os elementos do grupo coordenado por Diogo Ramada Curto, aos quais este texto muito deve.

mente a que por analogia se liga aos consumos artísticos e culturais (portanto, livrescos e letrados), desempenha um papel motor na edificação das sociedades, o da distinção, por via do estabelecimento da associação desses consumos à estrutura social de diferenciação e à sua legitimação através do gosto. Tendência anterior mas que se amplifica consistentemente a partir de 1800, com a expansão da alfabetização e a consolidação de hábitos alargados de consumo cultural em franjas populacionais maiores (Darnton, 1985; Kaestle *et al*, 1991; Fink e Williams, 1999; Mollier, 2001), a leitura emerge então como um factor social de remuneração dos indivíduos, que estes podem simbolicamente capitalizar se o tornarem visível aos outros (Veblen, 1934; Coser, 1970; Allen, 1991). Ou seja, fazer alarde do domínio de um determinado elenco de referências autorais ou fazer demonstração de apetência por certo alinhamento estético é um dos vectores que melhor podem traduzir distância ou proximidade de outrem na hierarquia posicional de dominação e contra-domação². A eficácia social da leitura, neste ponto, depende da sua conspicuidade.

Conceber a leitura socialmente é compreendê-la, num plano analítico mais ampliado da interpretação dos consumos culturais (Levine, 1988; Hoggart, 1998), como elemento consagrador de uma ordem de diferenciação nas sociedades modernas. O risco de enfraquecer este princípio heurísticamente robusto é, evidentemente, grande, sobretudo se no esforço explicativo for tornada explícita a insinuação de “que a classificação dos grupos sociais corresponde estritamente a uma classificação de produtos e práticas culturais” (Chartier, 1995: 89), instaurando a leitura como um elemento automático no escaparate e no dispositivo instrumental das ciências sociais, particularmente nos da sociologia. Nas últimas duas décadas e meia a produção nesta área tem-se afadigado a desafiar e transformar a noção de hierarquização sociocultural, sem que se tenham verificado necessariamente e sempre deposições ou substituições (Radway, 1986, 1997; Poulain, 1988; Davidson, 1989; Chartier, 1988, 1993, 1995, 1997; Chartier e Cavallo, 1999). Operando uma fuga³ a enfoques demasiado deterministas, como o do marxismo, ou excessivamente cartesianos, como o de Bourdieu, as novas posições teóricas, metodológicas e empíricas complexificam o debate, já antigo, surgido em torno da ideia de estratificação social da cultura, questionando por extrapolação conceptual a justeza de ideias como leitura popular e leitura erudita, tecendo vigorosa crítica ao que consideram serem os seus padecimentos explicativos: contaminação ideológica e carência de flexibilidade. Para

² As estratégias de rejeição ou de encobrimento de tipos e modos específicos de leitura serviriam o mesmo propósito de posicionamento na cartografia social.

³ Uma das vias da sua consecução é o recurso ao elemento biográfico (Ginzburg, 1976; Peroni, 1988).

Roger Chartier, com efeito, parece “claro que a apropriação de textos, códigos ou valores numa dada sociedade pode ser um factor mais relevante do que a correspondência, sempre ilusória, entre uma série de artefactos culturais e um nível sociocultural específico” (1995: 89).

Criação interpretativa e autonomia do leitor

Apesar de genealogia mais ou menos distante, é a partir da década de 1970 que se desenha com maior nitidez uma das rupturas capitais operadas na concepção do objecto impresso e, particularmente, do livro. Consistiu essa ruptura na exploração destes objectos de uma forma que superasse a sua produção intelectual enquanto factor unidimensional de construção do fenómeno da leitura. O estruturalismo de Roland Barthes (1970, 1973), a exploração semiótica de Umberto Eco (1962, 1979a), as abordagens da Escola de Constança, por via da estética da recepção (Jauss, 1982) e da teoria do efeito (Iser, 1974, 1978), as preocupações do movimento crítico *reader response/reception*⁴, tributário directo de Wolfgang Iser (Suleiman e Crossman, 1980; Tompkins, 1980; Freund, 1987), as incursões da teoria social feminista (Fetterley, 1978⁵) e os estudos em torno das audiências (Rose, 1992; Abercrombie e Longhurst, 1998) representam um agrupamento de vias teóricas discrepantes na inspiração e nem sempre coincidentes nas afinidades conceptuais mas com uma pretensão comum: operar uma demarcação clara das visões clássicas que exaltavam o lado autoral na definição do que se lê e de como se lê e que consignavam uma autonomia quase total aos autores e às tendências artísticas e literárias para influenciar a leitura e o público leitor, subjugados a desígnios semânticos inalteráveis e alheados do contexto. As perspectivas criticadas, fortemente ligadas a uma concepção vincadamente formalista do literário e longamente hegemónicas, transformavam a leitura num processo mentalmente abúlico, negando ao leitor competências imaginativas de invenção, re-criação e mesmo transgressão dos sentidos do que lia. A mesma tradição, nas versões mais radicais de exegese, era muitas vezes cega e surda à presença de outros actores sociais ligados ao livro que pudessem desempenhar um papel activo na informação ou conformação das leituras de uma obra ou de um autor.

A elisão da noção de prática social, a redução da complexidade e a defesa de um estatuto ontológico para o texto, encarado como monumento,

⁴ Titulou-se desta maneira pela comodidade uma corrente que ainda não parece conhecer uma tradução institucional instalada definitivamente em Portugal.

⁵ Apesar de tocar o programático, o livro de Judith Fetterley é interessante na elucidação da figura do “leitor resistente”, que se insurge contra a óptica que o texto ficcional do campo de produção norte-americana procura impor à mulher-leitora.

correspondem, note-se, “a uma versão dos estudos literários que hoje em dia está posta em causa, das mais diferentes formas, no interior da disciplina” (Ribeiro e Ramalho, 1998/1999: 74). Confirmando esta alteração, Jacinto do Prado Coelho afirma que “hoje a teoria da literatura postula a linguagem literária como essencialmente plurissignificativa, donde a ambiguidade das leituras. Ninguém, nem o próprio autor, detém o privilégio do sentido exacto, único” (1980: 20). Espaço aberto, fluido e desestabilizado, os estudos literários vivem uma crise inaugurada pela ruptura decidida com o passado, redefinindo o seu objecto como “objecto de fronteira” e deslocando a “ênfase da busca hermenêutica do sentido para a investigação das condições de produção do sentido” (Ribeiro e Ramalho, 1998/1999: 75). Este deslocamento é bem ilustrado por estudos recentes como o de Peter McDonald (1997), em que a história social é tornada parte essencial dos estudos literários, embora seja possível detectar esta preocupação em obras bastante anteriores, como a de Ian Watt (1963).

Divergindo então das abordagens mais tradicionais nos estudos bibliográficos e textuais, um dos outros enfoques na leitura, que aqui se apresenta, prefere salientar as diversas apropriações que a acção de ler faz de uma determinada obra, através da constante interpretação dos significados que o leitor vai retirando da sua morfologia e do seu conteúdo. Prática não dissociada da própria história do livro e da sua circulação (Darnton, 1990; Kaestle *et al*, 1991), na medida em que passou a operar-se “num contexto de textos instáveis” (Finkelstein e McCleery, 2002: 3), a leitura será, então, infracção aos intentos previstos, peregrinação furtiva no interior de um sistema imposto, para utilizar a expressão de Michel de Certeau (1990: 245)⁶, acarretando um processo dinâmico capaz de produzir e encadear reconstituições, revogações e diferentes extracções de significado. Tomada já não como simples consumo ou mesmo recepção mas antes como produção e construção, a leitura funciona como “um espaço próprio de apropriação jamais redutível ao que é lido” (Chartier, 1993: 293), proposição antitética daquela que outorga à estrutura e propriedades do texto uma eficácia imediata e total. A acção do leitor entendida como prática de leitura pressupõe, quase sempre, uma leitura competente⁷ em que aquele cumpre dois critérios: não rejeita a leitura de objectos impressos, entre os quais pode figurar o livro, e detém um repertório sociocultural – não forçosamente letrado – capaz de capturar racional e conscientemente esses mesmos objectos impressos. Conceito erigido a partir

⁶ Expressão semelhante à de “traição criadora”, empregue por Robert Escarpit (1973). Procedendo da noção de “mal-entendido”, a reflexão deste autor sobre leitura literária baseia-se numa dialéctica de conflito entre os desígnios do autor e os do leitor.

⁷ A noção de leitura competente inspira-se na de “recepção competente” explanada por Maria de Lourdes Lima dos Santos (1992), embora não lhe corresponda exactamente.

da autonomia comportamental e representacional de um sujeito (Eco, 1979b; Culler, 1975, 1981; Rosenblatt, 1978; Fish, 1980), a leitura ganha contornos que o distanciam significativamente de congêneres, que lhe persistem teimosamente próximos, por vezes quase fundidos, como o conceito de literacia.

Acção mediadora na leitura

Neste jogo criado de afastamentos de e aproximações a um intuito inicial de quem escreveu um texto, a margem de actuação das práticas de leitura não é apenas individual, mas trespassada pela actividade de outras entidades sociais, avultando a importância das instituições (como o sistema escolar, ao decretar os currículos de leituras obrigatórias) e de outros agentes com incidência nos sentidos permitidos pela leitura (como os críticos ou os grupos de pares, ao sugerir uma compra ou um evitamento). “Qualquer moldura com que o investigador circunscreva o acto de ler também tem de ser vista como porosa e de uma maneira que permita a outros participantes ingressar no acto” (Pawley, 2002: 157). Assim, a escolha do leitor, sendo livre em abstracto, deriva de estipulações, encaminhamentos, seduções. Judiciosamente, em esquiva concomitante a Cila e a Caribdis, a análise logra escapar aos dois extremos⁸, impossibilitada que fica a tentação totalitária de concessão de independência tanto ao texto como ao leitor. A um tempo, impede-se teoricamente a doutrina de submissão incapacitante aos ditames intra-textuais e o seu simétrico, isto é, uma espécie de retorno a uma filosofia totalizante do sujeito, já que subjaz à opção tomada a assunção de que existe permanentemente um conjunto, percebido ou não, de dependências recíprocas que ligam os indivíduos, com efeitos na estruturação da sua personalidade e na definição e organização das suas racionalidades, afectividades e *ethos*.

A possibilidade de reprodução massificada da palavra impressa terá então favorecido a emergência e o desenvolvimento de um conjunto de instâncias mediadoras que passaram a intervir de maneira determinante na produção, circulação e recepção do discurso publicado (Coser *et al*, 1982; Radway, 1984b, 1997; McKenzie, 1986; Ohmann, 1987; Maingueneau, 1993; Chartier, 1988, 1993, 1995, 1997, 2001; Usherwood, 1999; Portela, 2003; Curto, 2006)⁹. A designação agentes de mediação da leitura compreende uma multiplicidade de espaços e de personagens sociais que filtram, traduzem e reconstroem um agregado de sentidos. Tais personagens e espaços

⁸ Que neste campo temático de reflexão social materializam os opostos do porfiado debate entre estrutura e acção.

⁹ São principalmente as consequências sociais da acção de alguém na leitura de outrem que permitem falar em papel de mediação para o livro, muitas vezes independente da intencionalidade ou da deliberação inscritas nas práticas dos agentes mediadores.

variam em grau e tipo de institucionalização das configurações de interdependências que os suportam, abarcando, entre uma miríade de possibilidades, o bibliotecário ou o censor, a página *web* ou a tertúlia, o café ou a livraria, o prefaciador ou a família, a revista ou o clube, o júri de um prémio ou o editor.

Como actores ou lugares sociais, os agentes de mediação produzem e ecoam valores específicos, reflectindo interesses e representando uma realidade. Estas características transportam um modo activo de subversão do sentido primitivo – atribuído pelos autores – dos textos, constituindo, desta maneira, acção social, na medida em que lhe é superveniente uma produção autónoma de significado. Assim, o que com alguma ambição se poderia apodar de campo do livro e da leitura é tomado como um sistema de espaços intermédios nos quais todos os agentes sociais podem ser entendidos simultaneamente como autores e leitores, formando ou promovendo a formação e recomposição de comunidades de interpretação, que manifestam práticas discursivas particulares tradutoras dessas leituras nas suas múltiplas modalidades.

Comunidades de leitura e consumo de cânones

Em *Is There a Text in This Class?*, publicado em 1980, Stanley Fish mostra como a leitura não reside inelutavelmente nas idiossincrasias de um acto individual, resultando antes, mediante cotejamento com alguns dos agentes ou espaços de mediação mencionados, em colecções alargadas de significados, isto é, em leituras partilhadas, muitas vezes discutidas, extravasando a apropriação pessoal e podendo presidir à formação de comunidades de interpretação. Constituídas como verdadeiras comunidades de leitura, as comunidades interpretativas procedem de certas afinidades electivas que as pessoas podem possuir entre si relativamente a um autor, um tema, um género ou um estilo, sem que daí derive um sentimento consciente e percebido de comunidade¹⁰: são mais um “em si” do que um “para si”.

O leitor deixa, assim, de aparecer como uma entidade isolada. As propriedades, a organização e o sentido inerentes à leitura provêm das transacções firmadas entre o leitor inserido em redes e contextos socioculturais de descodificação e uma “estrutura textual inerte, composta de significantes verbais” (Radway, 1984a: 52)¹¹. A comunidade é, em grande parte, fornece-

¹⁰ Conceito que, acrescente-se, é fruto do próprio trabalho do investigador como categoria agregadora construída.

¹¹ Variável na plasticidade das práticas e vigorosamente inscrito no quotidiano, o acto de ler “é, então, um complicado processo semiótico e fundamentalmente social que varia no espaço e no tempo” (Radway, 1984a: 53). Veja-se também Diogo Ramada Curto (2006).

dora das contingências anteriormente atribuídas exclusivamente à intenção autoral e ao texto, já que se institui como alavanca poderosa na génese e encorajamento de vontades, hermenêuticas e preferências de leitura. Aposando teórica e analiticamente na ideia de comunidade interpretativa, Janice Radway (1984a, 1984b) diverge, contudo, do conceito nos termos em que Fish o apresenta e utiliza, considerando-os restritivos e criticando o seu escopo marcadamente literato¹². Na visão da autora as comunidades de leitura podem gerar-se em torno de qualquer tipo de literatura e em arenas outras que não a literária “oficial” ou a académica.

Pode ir-se ainda mais longe na diligência conceptual. Expandindo o âmbito inicial do conceito de comunidades imaginadas formulado por Benedict Anderson (1991), é possível falar de comunidades imaginadas de leitores. Primeiro bem cultural e veículo de conhecimento a ser produzido para um público verdadeiramente dilatado, o objecto impresso suscitou possibilidades inéditas para esse público reflectir sobre o mundo, sobre si e sobre o outro. Leituras numa mesma língua terão produzido efeitos¹³, quer na sua evolução e fixação, quer no desenvolvimento de consciências de auto e hetero-identidade cada vez mais abstractas e abarcantes, funcionando activamente como elemento facilitador de um sentimento nacional, de um “nós” alargado, de uma comunidade imaginada de co-leitores que se vai especializando numa oferta canónica literária particular de base linguística e geográfica. Se a definição de comunidade contempla o sistema social de relações que os que dela fazem parte elaboram entre si internamente e entre os membros de outras comunidades, o sentimento que elabora esse sistema de relações é o de pertença¹⁴. Prolongando o raciocínio, não se afigurará espúrio supor que, de um modo geral, todos os que possuam hábitos de leitura recorram às suas leituras e aos saberes específicos que delas advêm para delimitar o lugar social que possam ocupar e para determinar quem possam ser os seus interlocutores nas sucessivas circunstâncias em que se encontrem ou em que se pensem. Assim, o texto publicado pode ser entendido “como um bem utilizável no estabelecimento de relações sociais, levantando a hipótese de que as

¹² A concepção de Fish foi alvo, de resto, de crítica mais acerba e dirigida mesmo ao cerne do seu esqueleto teórico. Vejam-se, por exemplo, o comentário de Eugene Goodheart (1983) e a resposta de Fish (1983).

¹³ Confira-se o capítulo de Henri-Jean Martin e Lucien Febvre (1971) sobre as consequências da imprensa na consolidação de línguas vernáculas na Europa e nos projectos políticos de unificação nacional dos monarcas de Espanha e França no século XVI.

¹⁴ A adesão a gostos e consumos inerente ao sentimento de pertença a determinada comunidade de leitura pressupõe inevitavelmente a recusa ou o afastamento de outros. Recusa ou afastamento que, no entanto, frequentemente conhecem infidelidades, hibridismos e sincrismos, o que contraria a proposição de que a pertença a uma mesma comunidade se faça uniformemente ou de forma pura (Pinto, 1991; Mendes, 2001).

configurações de consumos permitam ao indivíduo representar-se a si e aos outros num espaço inteligível no qual sabe orientar a sua sociabilidade” (Santos, documento não publicado: 19).

Ponderar a possibilidade de comunidades imaginadas de leitores é ponderar que possa existir entre quem partilhe a leitura de *corpora* literários específicos, um sentimento de comunhão ou de inclinação identitária, ainda que não percebido como tal de maneira permanente e ainda que as pessoas em causa não se conheçam. É claro que a interpretação textual pode funcionar como acção colectiva em grupos organizados de interacção face-a-face (Long, 1993). Mas mesmo se “puramente” imaginadas, já que muitas vezes não é fácil nem, inclusive, viável pretender delimitá-las, as comunidades de leitura, por exemplo, do género policial, ficção científica ou Banda Desenhada, existem e podem instaurar ordens de reconhecimento e de identificação intra grupo em que se procede à decifração repartida de constelações normativas, crenças e convenções. A leitura regular de um jornal desportivo específico, para ilustrar outro caso, implicando ou não a sua discussão em locais públicos, como o café, engendra muitas vezes sentimentos de pertença e de aversão a comunidades imaginadas em que se opõem sensibilidades interpretativas de variada linhagem¹⁵. A *internet* veio potenciar aos elementos destas comunidades maiores oportunidades cooperativas, na institucionalização de sociabilidades e ampliação reticular de contactos, como na discussão e produção partilhada de sentidos do que lêem.

As comunidades de leitura não existiriam, pelo menos enquanto comunidades de leitores balizadas pela circulação ou criação de interpretações, erguidas ou não como subdivisões de gostos e afinidades partilhadas, desamarradas de uma relação estreita com uma série de outros agentes articulados numa agremiação social mais ampla: a comunidade do livro, expressão que tem feito o seu caminho no panorama anglo-saxónico e que se situa no cruzamento das ciências sociais com a política do livro e da leitura. Dotada de maior ou menor institucionalização e suportada por redes pessoais ou formalizada por acordos entre organizações, a comunidade do livro pode ser formada por uma variedade de comunidades de leitura. Do ponto de vista da análise, porém, a comunidade do livro não corresponde à comunidade de leitura.

Esta descoincidência reside naquilo que motiva os dois tipos de comunidade. Operacionalizáveis por programas de desenvolvimento ou de promoção da leitura, as motivações da comunidade do livro traduzem uma índole e uma aptidão interventoras no universo do livro e da leitura (Cole, 1981), como o “ataque à iliteracia” (Eastman, 1984). O fulcro da acção da grande maioria das comunidades de leitura que se formam não será composto de

¹⁵ Não será, no actual contexto português da imprensa desportiva diária, esta asserção verdadeira para os leitores d’*A Bola*, os do *Record* e os d’*O Jogo*?

preocupações semelhantes. Um outro nível de diferenciação destas duas comunidades respeita àqueles que integram cada um dos dois tipos de comunidade. Autores, livreiros, distribuidores, editores, jornalistas especializados no livro, críticos literários, agentes de representação de escritores, tradutores, educadores, bibliotecários e, claro está, leitores: a comunidade do livro abrange todos aqueles “para quem a palavra escrita, especialmente a que é expressa em volumes impressos e encadernados, é de primordial importância” (Vaughan, 1983: 85). Já nas comunidades de leitura, e dada a sua variedade social, a maior parte dos seus membros não tem que possuir quaisquer ligações institucionais ou profissionais ao sector do livro ou de outras formas de publicação.

Âmbitos, destinos, dificuldades

A natureza da utilização de conceitos como o de uso social da leitura, leitura produtora de significado, leitura mediada e comunidade de leitura privilegia de modo não exclusivo abordagens menos seriais e extensivas, embora não enjeite nem conteste os inquéritos de base predominantemente quantitativa, vistos como imprescindíveis no quadro mais global do esforço compreensivo da leitura que as ciências sociais podem empreender. Rica na capacidade de explicação como na de federação de propostas bem distintas, a aproximação ao objecto que a existência destes conceitos corporiza radica numa matriz ela própria intrinsecamente interpretativa, esquadrinhadora da tessitura social que torna possíveis certos tipos de leitura. Fora das fronteiras do maniqueu debate que persiste em opor oferta metodológica qualitativa e quantitativa na esfera social de actuação da ciência, o âmbito teórico dos tópicos apresentados é justamente o da recolocação intelectual do que, onde, quando, como e por que se lê.

No entanto, a opção por tais conceitos não é isenta de riscos e obstáculos. Em primeira instância, porque estes conceitos – dotados de inequívoco potencial heurístico e cativantes na sua sedutora apresentação e estrutura conceptual – são escorregadios na sua exequibilidade empírica. Como chegar propriamente aos modos de produção de sentido na leitura? Como observar concretamente as consequências da acção de um espaço ou de um conjunto de agentes de mediação nesses modos de apropriação criativa da leitura? Como demonstrar efectivamente a existência de uma comunidade de leitura e se quem a integra constrói interpretações semelhantes a partir do texto publicado? Desideratos de exploração aos quais se depara um rol de dificuldades, apesar de se divisar como exagerada, e até abusiva, a acusação de um risco de deriva abstraccionista. Em segunda instância, porque se trata de conceitos que podem não conviver muito pacificamente com o mercado dos bens de pesquisa, dada a sua reduzida adaptabilidade aos constrangimen-

tos próprios dos estudos encomendados, demonstrando quase axiomáticamente o antagonismo de interesses e a tensão de que se alimentam frequentemente as relações entre ciência e poder.

Por outro lado, o sucesso que estas propostas têm conhecido, na sua rapidez e capacidade de difusão, Portugal incluído (Curto, 2006), remete para a problemática das ideias hegemónicas em ciência, com acuidade especial nas ciências sociais. No cenário académico e científico internacional, a adopção paradigmática do centro pelas periferias pode ser correlativa de duas ameaças potenciais que urge impedir. A primeira prende-se com a ofuscação ou mesmo anulação de saberes e procedimentos das tradições locais de pesquisa e problematização, perdedoras nos seus rarefeitos poder linguístico e densidade de investigação face à pujança com que os modelos são frequentemente importados. A segunda consiste no perigo de transformação do conjunto teórico original sobre o qual o presente texto discorreu num fenómeno de moda que passará com as caprichosas revoadas de gosto que amiudadamente vão ditando as escolhas afectivas da racionalidade reflexiva.

Bibliografia

- Abercrombie, N. e Longhurst, B. (1998) *Audiences. A Sociological Theory of Performance and Imagination*, London: Sage.
- Allen, J. S. (1991), *In the Public Eye. A History of Reading in Modern France, 1800-1940*, Princeton: Princeton University Press.
- Anderson, B. (1991), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London & New York: Verso.
- Barthes, R. (1970), *S/Z*, Paris: Seuil.
- Barthes, R. (1973), *Le Plaisir du Texte*, Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (1979), *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris: Minuit.
- Certeau, M. (1990), *L'Invention du Quotidien*, vol. I, *Arts de Faire*, s.l.: Gallimard.
- Chartier, R. (1988), *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*, Lisboa: Difel.
- Chartier, R. (ed.) (1993), *Pratiques de la Lecture*, Paris: Payot & Rivages.
- Chartier, R. (1995), *Forms and Meanings. Texts, Performances, and Audiences, from Codex to Computer*, Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Chartier, R. (1997), *A Ordem dos Livros*, Lisboa: Vega.
- Chartier, R. (2001), *Cultura Escrita, Literatura e História. Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*, Porto Alegre: Artmed.
- Chartier, R. e Cavallo, G. (ed.) (1999), *História da Leitura no Mundo Ocidental*, São Paulo: Ática.

- Coelho, J. P. (1980), Introdução à Sociologia da Leitura Literária. In *Problemática da Leitura – Aspectos Sociológicos e Pedagógicos*, ed. Jacinto do Prado Coelho, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Cole, J. Y. (ed.) (1981), *Responsibilities of the American Book Community*, Washington: Library of Congress.
- Coser, L. A. (1970), *Men of Ideas. A Sociologist's View*, New York: The Free Press.
- Coser, L. A., Kadushin, C. e Powell, W. W. (1982), *Books: the Culture and Commerce of Publishing*, New York: Basic Books.
- Culler, J. (1975), *Structuralist Poetics: Structuralism, Linguistics, and the Study of Literature*, Ithaca: Cornell University Press.
- Culler, J. (1981), *The Pursuit of Signs*, London: Routledge & Kegan Paul.
- Curto, D. R. (ed.) (2006), *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Darnton, R. (1985), *The Great Cat Massacre and Other Episodes in French Cultural History*, New York: Vintage Books.
- Darnton, R. (1990), *The Kiss of Lamourette: Reflections in Cultural History*, New York: W. W. Norton.
- Davidson, C. N. (ed.) (1989), *Reading in America. Literature and Social History*, Baltimore & London: Johns Hopkins University Press.
- Eastman, A. (1984), Books, Publishing, Libraries in the Information Age, *Library Trends*, 2 (33), Fall: 121-147.
- Eco, U. (1962), *Opera Aperta*, Milano: Bompiani.
- Eco, U. (1979a), *Lector in Fabula: La Cooperazione Interpretativa nei Testi Narrativi*, Milano: Bompiani.
- Eco, U. (1979b), *The Role of the Reader: Explorations in the Semiotics of Texts*, Bloomington: Indiana University Press.
- Escarpit, R. (1973), *L'Écrit et la Communication*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Escarpit, R. e Barker, R. (1973), *La Faim de Lire*, Paris: Unesco & Presses Universitaires de France.
- Fetterley, J. (1978), *The Resisting Reader: A Feminist Approach to American Fiction*, Bloomington: Indiana University Press.
- Fink, S. e Williams, S. S. (ed.) (1999), *Reciprocal Influences. Literary Production, Distribution, and Consumption in America*, Columbus: Ohio State University Press.
- Finkelstein, D. e McCleery, A. (ed.) (2002), *The Book History Reader*, London & New York: Routledge.
- Fish, S. (1980), *Is There a Text in This Class? The Authority of Interpretive Communities*, Cambridge: Harvard University Press.
- Fish, S. (1983), A Reply to Eugene Goodheart, *Daedalus*, Winter: 232-237.
- Freund, E. (1987), *The Return of the Reader: Reader-Reception Criticism*, London: Methuen.
- Furtado, J. A. (2000), *Os Livros e as Leituras: Novas Ecologias da Informação*, Lisboa: Livros e Leituras.

- Ginzburg, C. (1976), *Il Formaggio e i Vermi. Il Cosmo di un Mugnaio del'500*, Torino: Einaudi.
- Goodheart, E. (1983), The Text and the Interpretive Community, *Daedalus*, Winter: 215-231.
- Hall, D. (1996), *Cultures of Print: Essays in the History of the Book*, Amherst: University of Massachusetts Press.
- Hoggart, R. (1998), *The Uses of Literacy*, New Brunswick & London: Transaction Publishers.
- Iser, W. (1974), *The Implied Reader*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Iser, W. (1978), *The Act of Reading: A Theory of Aesthetic Response*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Jauss, H. R. (1982), *Toward an Aesthetic of Reception*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Kaestle, K., Damon-Moore, H., Stedman, L., Tinsley, K. e Trollinger Jr., W. V. (1991), *Literacy in the United States. Readers and Reading Since 1880*, New Haven: Yale University Press.
- Levine, L. W. (1988), *Highbrow, Lowbrow. The Emergence of Cultural Hierarchy in America*, Cambridge & London: Harvard University Press.
- Long, E. (1993), Textual Interpretation as Collective Action. In *The Ethnography of Reading*, ed. Jonathan Boyarin, Berkeley & Los Angeles: University of California Press.
- Mainueneau, D. (1993), *Le Contexte de l'Oeuvre Littéraire: Énonciation, Écrivain, Société*, Paris: Dunod.
- Martin, H.-J. e Febvre, L. (1971), *L'Apparition du Livre*, Paris: Albin Michel.
- McDonald, P. D. (1997), *British Literary Culture and Publishing Practice, 1880-1914*, Cambridge: Cambridge University Press.
- McKenzie, D. F. (1986), *Bibliography and the Sociology of Texts*, London: British Library.
- Mendes, J. M. (2001), O Desafio das Identidades. In *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, ed. Boaventura de Sousa Santos, Porto: Afrontamento.
- Mollier, J.-Y. (2001), *La Lecture et Ses Publics à l'Époque Contemporaine. Essais d'Histoire Culturelle*, Paris: Presses Universitaires de France.
- Ohmann, R. (1987), *Politics of Letters*, Middletown: Wesleyan University Press.
- Pawley, C. (2002), Seeking "Significance": Actual Readers, Specific Reading Communities, *Book History*, 5: 143-160.
- Peroni, M. (1988), *Histoires de Lire: Lecture et Parcours Biographique*, Paris: Bibliothèque Publique d'Information & Centre Georges Pompidou.
- Pinto, J. M. (1991), Considerações Sobre a Produção Social de Identidade, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32, Junho: 217-231.
- Poulain, M. (ed.) (1988), *Pour une Sociologie de la Lecture. Lecteurs et Lectures dans la France Contemporaine*, Paris: Cercle de la Librairie.
- Portela, M. (2003), *O Comércio da Literatura. Mercado & Representação*, Lisboa: Antígona.
- Radway, J. (1984a), Interpretive Communities and Variable Literacies: the Functions of Romance Reading, *Daedalus*, Summer: 49-73.

- Radway, J. (1984b), *Reading the Romance: Women, Patriarchy and Popular Literature*, Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Radway, J. (1986), Reading Is Not Eating: Mass-Produced Literature and the Theoretical, Methodological, and Political Consequences of a Metaphor, *Book Research Quarterly*, 2, Fall: 7-29.
- Radway, J. (1997), *A Feeling for Books. The Book-of-the-Month Club, Literary Taste, and Middle-Class Desire*, Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Ribeiro, A. S. e Ramalho, M. I. (1998/1999), Dos Estudos Literários aos Estudos Culturais?, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, Novembro 1998, Fevereiro 1999: 61-83.
- Rose, J. (1992), Rereading the English Common Reader: A Preface to a History of Audiences, *Journal of the History of Ideas*, 53: 47-70.
- Rosenblatt, L. (1978), *The Reader, the Text, the Poem: The Transactional Theory of the Literary Work*, Carbondale: Southern Illinois University Press.
- Santos, M. L. L. (1992), O Público-Leitor e a Apropriação do Texto Escrito. In *Percepção Estética e Públicos da Cultura*, ed. Idalina Conde, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Acarte.
- Santos, T. (documento não publicado), *A Construção de Identidades por Meio dos Consumos Culturais – O Caso dos Clientes de uma Livraria Especializada em Banda Desenhada*, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa [dissertação de mestrado em Sociologia e Economia Históricas ainda não defendida, referenciada e citada no presente artigo com a autorização do autor].
- Suleiman, S. e Crossman, I. (ed.) (1980), *The Reader in the Text: Essays on Audiences and Interpretation*, Princeton: Princeton University Press.
- Tompkins, J. P. (ed.) (1980), *Reader-Response Criticism: From Formalism to Post-Structuralism*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Usherwood, B. (1999), *A Biblioteca Pública como Conhecimento Público*, Lisboa: Caminho.
- Vaughan, S. S. (1983), The Community of the Book, *Daedalus*, Winter: 85-115.
- Veblen, T. (1934), *The Theory of the Leisure Class*, New York: Vanguard Press.
- Watt, I. (1963), *The Rise of the Novel. Studies in Defoe, Richardson and Fielding*, Harmondsworth: Peregrine.
- Williams, R. (1961), *The Long Revolution*, London: Chatto and Windus.
- Williams, R. (1977), *Marxism and Literature*, London: Oxford University Press.

Resumo

O exercício de ler não se confina necessariamente em si próprio, desterro solitário na sua individualidade. Acto intrinsecamente criador, o sentido pleno da leitura é também social: envolve o outro. As práticas de leitura podem, então, desempenhar para leitores e mesmo para não-leitores um papel fundamental no seu sentido de posicionamento identitário e no seu sistema de relações. Perspectivando a leitura enquanto dado social interpretá-

vel, procura-se aqui dar breve conta de alguns tópicos que a reflexão no quadro mais amplo das ciências sociais tem produzido desde a década de setenta do século passado, incluindo as dificuldades e os riscos enfrentados pelas propostas apresentadas.

Palavras-chave: leitura; ciências sociais; práticas; usos sociais; autonomia; mediação; comunidade.

Summary

Reading does not necessarily confine in itself, solitary exile locked up in its individuality. An intrinsically creative act, reading is also social, therefore involving the other. Thus, reading practices can play a fundamental role for readers, and even for non-readers, in terms of their identity positioning, and their relationship and interaction system. Focusing reading as a social element that can be interpreted, the main intention of this article is to render a brief account of some topics of reflection that have been produced within the broader frame of the Social Sciences since the 1970's, including in such an effort the difficulties and the risks faced by the presented theoretical proposals.

Keywords: reading; social sciences; practices; social uses; autonomy; mediation; community.

Résumé

L'exercice de lire ne se confine pas nécessairement en soi même, exils solitaire dans son individualité. Acte intrinsèquement créatif, le sens complet de la lecture est aussi social car il implique l'autre. Les pratiques de lecture peuvent, alors, jouer pour ceux qui lisent, et même pour ceux qui ne lisent pas, un rôle fondamental dans leur sens de positionnement identitaire et dans leur système de relations. En mettant en perspective la lecture tant que donnée sociale interprétable, on cherche ici à donner brièvement compte de quelques sujets que la réflexion dans le cadre le plus élargit des sciences sociales a produit depuis les années soixante-dix, y compris les difficultés et les risques affrontés par les propositions présentées.

Mots-clés: lecture; sciences sociales; pratiques; usages sociaux; autonomie; médiation; communauté.